

**Elaine Cristina Gonçalves de Oliveira
e Luciana Fernandes de Freitas**

Manual de PRÁTICA ELEITORAL

EXPEDIENTE

FUNDADOR **Italo Amadio (*in memoriam*)**
DIRETORA EDITORIAL **Katia F. Amadio**
EDITORAS **Mayara Sobrane**
Mônica Ibiapino
PROJETO GRÁFICO **Sergio A. Pereira**
DIAGRAMAÇÃO **WK Comunicação**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

Oliveira, Elaine Cristina Gonçalves de
Manual de prática eleitoral / Elaine Cristina Gonçalves de
Oliveira, Luciana Fernandes de Freitas. – 1.ed. – São Paulo :
Rideel, 2025.

Bibliografia.
ISBN 978-85-339-6654-3

1. Direito eleitoral – Brasil. 2. Eleições – Leis e legislação. 3.
Eleições – Manuais e processos etc. I. Freitas, Luciana Fernandes
de. II. Título.

08-2025/41

CDD 342.8107
CDU 342.8(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito eleitoral

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

© Todos os direitos reservados à



e-mail: sac@rideel.com.br
www.editorarideel.com.br



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19-2-1998, Lei dos Direitos Autorais).

1 3 5 7 9 8 6 4 2
0 9 2 5

SUMÁRIO

Dedicatória.....	V
Agradecimentos.....	VII
Sobre as autoras	IX
Apresentação da obra	XI
Lista de abreviaturas	XIII

INTRODUÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL..... 1

Processo Jurisdicional eleitoral.....	4
Regras e particularidades do processo judicial eleitoral	7
Rito processual.....	8
Acordo de não persecução cível.....	9

SEÇÃO 1 – AÇÕES E PROCEDIMENTOS ELEITORAIS..... 11

1. REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CANDIDATURA..... 13

1.1 Legitimidade ativa	15
1.2 Competência	15
1.3 Procedimento.....	15
1.4 Situações pós-registro.....	18
1.5 Propostas defendidas pelo candidato.....	19
1.6 Modelo de manifestação e cumprimento de diligência em registro de candidatura.....	20
1.7 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.....	23

2. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA..... 29

2.1 Legitimidade ativa	29
2.2 Legitimidade passiva.....	31
2.3 Competência	32
2.4 Procedimento.....	32
2.5 Modelo de ação de impugnação de registro de candidato	34
2.6 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.....	40

3. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE)..... 49

3.1 Legitimidade ativa	52
3.2 Legitimidade passiva.....	53
3.3 Competência	53
3.4 Procedimento.....	54
3.5 Modelo de ação de investigação eleitoral	56
3.6 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.....	60

4. REPRESENTAÇÃO POR CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO.....	72
4.1 Legitimidade ativa	73
4.2 Legitimidade passiva.....	73
4.3 Competência.....	74
4.4 Procedimento.....	74
4.5 Modelo de representação por captação ilícita de sufrágio	75
4.6 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	77
5. REPRESENTAÇÃO POR CONDUTAS VEDADAS	78
5.1 Hipóteses de condutas vedadas	78
5.2 Legitimidade ativa	82
5.3 Legitimidade passiva.....	83
5.4 Competência.....	83
5.5 Procedimento.....	83
5.6 Modelo de representação por conduta vedada	85
5.7 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	86
6. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	103
6.1 Legitimidade ativa	106
6.2 Legitimidade passiva.....	106
6.3 Competência.....	107
6.4 Procedimento.....	107
6.5 Modelo de ação de impugnação de mandato eletivo.....	108
6.6 Modelo de Peça de Contestação/Contrarrazões em AIME (com Preliminares de Defesa e Mérito pela Improcedência).....	112
6.7 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	115
7. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA (RCED)	117
7.1 Cabimento	117
7.2 Legitimidade ativa	119
7.3 Legitimidade passiva.....	120
7.4 Competência.....	120
7.5 Procedimento.....	120
7.6 Modelo de recurso contra a expedição de diploma	122
7.7 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	126
8. REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL ILÍCITA	129
8.1 Tipos de propaganda eleitoral ilícita	129
8.2 Legitimidade ativa	132
8.3 Legitimidade passiva.....	132
8.4 Procedimento.....	132
8.5 Modelo de representação por propaganda eleitoral ilícita	133
8.6 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	141

9. REPRESENTAÇÃO POR PESQUISA ELEITORAL IRREGULAR	153
9.1 Pesquisas eleitorais irregulares	153
9.2 Legitimidade ativa	154
9.3 Legitimidade passiva	154
9.4 Competência	155
9.5 Procedimento	155
9.6 Modelo de representação por pesquisa eleitoral irregular	156
9.7 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	159
10. REPRESENTAÇÃO POR CAPTAÇÃO OU GASTOS ILÍCITOS DE RECURSOS...160	
10.1 Legitimidade ativa	161
10.2 Legitimidade passiva	161
10.3 Competência	161
10.4 Procedimento	161
10.5 Modelo de Representação por Captação ou Gastos Ilícitos de Recursos	162
10.6 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	170
11. AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL	222
11.1 Legitimidade ativa	225
11.2 Legitimidade passiva	225
11.3 Competência	225
11.4 Procedimento	226
11.5 Modelo de ação rescisória eleitoral	227
11.6 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	232
12. PEDIDO DE FILIAÇÃO/DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA	234
12.1 Legitimidade ativa	236
12.2 Legitimidade passiva	236
12.3 Competência	236
12.4 Procedimento	236
12.5 Modelo de pedido de filiação ao partido	237
12.6 Modelo de pedido de ação judicial de reconhecimento/declaração/ cancelamento de filiação partidária	238
12.7 Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	241
SEÇÃO 2 – RECURSOS ELEITORAIS	245
1. ASPECTOS GERAIS	247
2. RECURSOS EM FACE DAS DECISÕES DAS JUNTAS ELEITORAIS	249
2.1 Recurso parcial	249
2.2 Recurso inominado	250

3.	RECURSOS EM FACE DE DECISÕES DOS JUÍZES ELEITORAIS	250
3.1	Apelação Civil Eleitoral (arts. 266 e 267 do CE)	251
3.2	Apelação Criminal Eleitoral (art. 362 do CE)	251
3.3	Recurso Inominado (art. 265 do CE)	252
4.	RECURSOS EM FACE DE DECISÕES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS (TREs).....	253
4.1	Recurso Parcial – Aplicado ao TRE	253
4.2	Embargos de Declaração (arts. 275 do CE e 1.022 do CPC)	254
4.3	Recurso ordinário (art. 276, II, do CE)	255
4.4	Recurso Especial Eleitoral (arts. 276, I, do CE e 121, § 4º, I e II, da CF/1988).....	256
4.4.1	Modelo de pedido de ação judicial de reconhecimento/declaração/ cancelamento de filiação partidária.....	258
4.5	Agravo de Instrumento (art. 279 do CE)	262
4.6	Agravo regimental.....	262
4.7	Trâmite dos processos no TRE.....	262
5.	RECURSOS EM FACE DE DECISÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL...	264
5.1	Recurso ordinário (art. 281 do CE).....	264
5.2	Recurso Extraordinário (arts. 102, III, e 121, § 3º, da CF/1988)	265
5.3	Agravo regimental.....	265
5.4	Embargos de declaração.....	265
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	267